

DE DOM PELÉ A DOM ZUMBI: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE DOM JOSÉ MARIA PIRES FRENTE O GOVERNO DOS MILITARES, DE 1964 A 1969

Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira¹

Introdução

O ano de 1964 foi decisivo para a história da política brasileira. O país vivia um clima de agitação política marcada pelo descontentamento com a administração do Presidente João Goulart. Setores ultraconservadores da sociedade viam nesse líder político uma possível ameaça a ordem vigente. Jango², como assim era chamado, poderia reproduzir nas terras brasileiras o mesmo sistema político de Cuba: o socialismo.

Preocupada em manter seu “status quo” junto à sociedade e a política, vivendo um momento de profunda crise de identidade, a hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil quase que de modo unânime, por meio de seus bispos apoiou o golpe de 1964. Com isso ela se manteria como eterna conselheira dos poderosos e parceira nos momentos decisivos da vida política brasileira.

É nesse período que a Igreja vive a experiência do Concílio Ecumênico Vaticano II³. É nesse concílio que a Igreja abandona uma postura apologética e busca dialogar com o homem moderno partilhando de seus anseios e de suas reais necessidades, incluindo discussões políticas.

Tal postura trouxe para a Igreja de diversos países um momento de profunda crise. Essa instituição se perguntava por sua identidade, abandonando antigos ritos e prescrições (normas disciplinares), re-significando sua ação interna e sua presença na sociedade.

¹ Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira é aluno do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

² GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada.p.45.Jango era o apelido do presidente João Belchior Marques Goulart. Seu apelido remonta ao tempo em que era criança.

³ Na história dos concílios ecumênicos, os bispos sempre se reúnem para proclamação de dogmas ou para declarações doutrinárias. A grande novidade do Concílio Vaticano II consiste no fato de que embora permanecendo um concílio dogmático, ele se abra a reflexão de práticas pastorais, refletindo sobre a missão da Igreja no mundo.

É nesse contexto de profundas mudanças e inquietações que surge a figura de Dom José Maria Pires. Nascido em Córregos, Minas Gerais, em 1919. Negro e de origem humilde, foi aos 12 anos de idade para o seminário de Diamantina. Ordenou-se padre aos 22 anos de idade e foi sagrado bispo em 1957. Durante os anos posteriores a sua sagração episcopal, Dom José Maria Pires permaneceu como líder religioso da Diocese de Araçuaí até o ano de 1965. Nesse mesmo ano, ele foi nomeado Arcebispo da Paraíba, chegando somente no ano de 1966.

Em meio a um contexto de profundas transformações políticas e também religiosas, esse bispo não passará incólume a tantas mudanças. Dom José, é uma figura singular no recorte temporal a ser analisado. De acordo com Carlo Ginzburg em sua obra *O Queijo e os vermes* é aquilo que é singular num determinado personagem que o torna importante⁴. Assim, mais do que compreender Dom José Maria Pires como um uma figura corporativista da Conferência Nacional do Bispo do Brasil (CNBB), é necessário percebê-lo como figura ímpar nesse processo histórico.

Graças a sua vasta produção literária, se percebe claramente a mudanças pelas quais passou o líder religioso da Paraíba. Durante seus vinte anos a frente da administração religiosa da Arquidiocese da Paraíba, Dom José escreveu diversos sermões, cartas circulares e pastorais. Além disso, diversas vezes foi entrevistado por jornalistas locais e nacionais, sempre emitindo um parecer sobre os rumos políticos do país.

Em Dom José não só se analisa aquilo que é dito, mas sobretudo o que está para além dos discursos⁵. A pergunta: “o que realmente pode ser dito em tempos de regimes totalitários?” determina o modo de se dizer ou ocultar algo.

Com isso também não se pode enaltecer esse indivíduo colocando-o “acima do bem e do mal”, mas conferindo-lhe as mudanças, motivações e posicionamentos tomados ao longo de seu exercício como bispo, sobretudo como formador de opinião pública nos momentos decisivos da relação da Igreja com os militares e dele mesmo com o governo de 1964 a 1969.

⁴ Em o “Queijo e os vermes” Ginzburg toma Menocchio, um moleiro do século XVI como figura singular da assimilação da cultura da época. A idéia singularidade perpassa toda a obra do referido autor.

⁵ A perspectiva de Michel de Certeau aponta para a necessidade de se questionar o que os personagens e historiadores diante de um referido texto ocultam ou enfatizam.

O título desse artigo já indica essas transformações. “De Dom Pelé a Dom Zumbi: a trajetória política e social de Dom José Maria Pires, frente o governo dos militares” não pretende “cristalizar” a figura de Dom José Maria Pires, nem muito menos “canonizá-lo” em vida, mas exatamente mostrar o caráter dinâmico das posturas que um líder religioso considerava mais conveniente, para si, para sua instituição e para o país.

Dom José Maria Pires na Paraíba

Em seu primeiro discurso na Igreja do Rosário no Bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, o novo bispo não escondia o desejo de mudanças substanciais na vida social paraibana. As palavras proferidas em 26 de março de 1966, revelava um bispo profundamente preocupado com a vida dos pobres dessa região e já se disponibilizava para realização de “parcerias” com o governador João Agripino visando o bem comum.⁶

José Maria Pires, ou Dom Pelé⁷ sempre fora lembrado como alguém avesso a qualquer sistema de opressão. No entanto, no momento em que aconteceu o “golpe”, o bispo mineiro exercia suas funções religiosas em Araçuaí e nessa diocese mostrava-se como favorável a iniciativa dos militares. As razões pelas quais o referido líder religioso apoiara é explicitada no Congresso Brasileiro de Comunicação Social em Recife, em 15 de novembro de 1983:

Quem lhes fala nesse momento é um bispo que aplaudiu calorosamente a revolução de 1964. Nessa época eu vivia no interior de Minas Gerais, À frente da diocese de Araçuaí. Com antecedência me fora comunicado por funcionário do governo que Minas Gerais ia rebelar-se contra o Governo Federal e daria início a um movimento de salvação nacional visando combater a corrupção e toda sorte de desmando na área oficial e impedir que o comunismo tomasse conta do Brasil. Creio que toda a Hierarquia, salvo uma ou outra tímida exceção – e que houve-, sentiu um grande alívio com o triunfo da Revolução⁸.

⁶ Jornal A Imprensa, 26 de março de 1966.

⁷ Apelido dado por Dom José Vicente Távora, arcebispo de Aracaju. Do centro para a margem . Ed. Vozes.p184.

⁸ SAMPAIO, Geraldo Lopes Ribeiro.Dom José Maria Pires: voz fiel a mudança social.Ed. Paulus, São Paulo, p.157

Na verdade, o histórico dos militares influenciava grande parte da população e também seus líderes religiosos e políticos⁹. Muitos católicos acreditavam assim como o Bispo Dom Pelé, que a revolução espantaria o “comunismo” do país.

Com a “Revolução”, os bispos e os setores mais conservadores da Igreja sentiam mais tranquilizados quanto as ameaças externas ou o “inimigo comum”. A experiência comunista ou qualquer coisa que lembrasse esse sistema conseguia tirar a estabilidade que era continuamente desafiada pela possibilidade de existência do “ateísmo” presente na doutrina¹⁰ de Marx.

A forte relação que existia entre Igreja e Estado acompanharia a mentalidade de diversos bispos brasileiros, pois os militares se colocavam como os verdadeiros herdeiros de uma civilização de caráter cristão católico¹¹. Percebia-se claramente que a Igreja estava atrelada financeiramente a gestão dos militares, o que dificultava sua liberdade para proferir críticas as iniciativas do novo regime configurando assim uma séria contradição.

Em artigo escrito em 01 de abril de 1968, ao Jornal “A Imprensa”, intitulado “A revolução que não houve”, ele relembra o posicionamento que possuía acerca dos comunistas na época e seu apoio ao golpe:

Eu fui um dos entusiastas do movimento de 31 de março em 1964. Torci para que não se realizasse em Belo horizonte o Congresso da CUTAL, de cunho reconhecidamente comunista. Condenei de público, em sermão, a atitude do Governo federal no comício monstro de 13 de março, sua convivência com a anarquia, as greves políticas e a subversão.

Em 04 de setembro de 1967, Dom José Maria Pires afirmara ao Jornal “A Imprensa” que era avesso a qualquer sistema de tirania, parafraseando o Papa Paulo VI

⁹ Em “O sonho da sociedade-caserna: a política centralizadora dos governos militares (1964-1974), Damiano de Lima, aponta para a presença dos militares em momentos decisivos da vida política brasileira.

¹⁰ Expressão de Marx que sugere o desaparecimento de todos os grupos religiosos pelo fato, de tais segmentos coroarem todos os regimes e experiências políticas.

¹¹ BEOZZO, José Oscar. A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965. Paulinas Editora. São Paulo, SP, 2005. Como se não bastasse, a existência de troca de favores envolvendo benefícios financeiros acompanhava muitos bispos a nível pessoal e a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como instituição. Para se ter uma idéia dessa relação, já no governo do Marechal Castelo Branco, todos os bispos recebiam passagens de avião para as viagens de ida e vinda, do Brasil a Roma, durante a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II. Quem negociava tais passagens com os militares era o mais crítico de todos os bispos brasileiros ao novo regime, o bispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara.

em sua Encíclica “Populorum Progressio”¹², no entanto, afirmava ao término da carta que a tirania não existia no Brasil. O bispo ainda não queria associar o sistema dos militares à repressão. O governo dos militares era visto como legítimo pelo líder religioso. Contudo, ele já percebe que as mudanças propostas para se manterem no poder não estão sendo cumpridas. Sobre isso ele afirmou ao mesmo jornal, no dia 18 de setembro do mesmo ano:

Um pouco mais de violência e agressividade contra as estruturas não seria mal. Talvez desse coragem ao governo para imprimir a revolução e sentido de libertação nacional que esperávamos. E esperamos e desejamos de todo o coração.¹³

O bispo da Paraíba afirmava que o ideal presente nos discursos dos militares era algo totalmente diferente da práxis, no entanto a população deveria permanecer acreditando nesse modo de governar.

Dom José era avesso ao sistema capitalista e admitia a existência de um socialismo “reinventado”, com a presença dos valores cristãos e uma conseqüente relativização do fator econômico¹⁴.

Escreveu durante esse período vários textos que refletem sua visão e ação política não só no território da arquidiocese da Paraíba, mas em todo o estado¹⁵.

Por conta de sua mudança de postura política, Dom Pelé, durante o final dos anos de 1960 sofrera perseguições e ameaçadas. As suas convicções políticas e religiosas fizeram com que ele denunciasse a inviabilidade da administração dos militares.

Dom José Maria Pires: o surgimento de Dom Zumbi

Conforme foi visto, Dom José Maria Pires dava certa credibilidade ao governo dos militares e afirmava que este regime ainda não era uma tirania. Sua maior crítica na

¹² A Carta Encíclica Populorum Progressio foi lançada no ano de 1967 e causou grande polêmica por seus avanços no que concernem as questões econômicas. Tais polêmicas deram-se, sobretudo nos Estados Unidos da América.

¹³ Jornal A imprensa 04/09/1967

¹⁴ Revista Veja, p.53. 18/09/1968

¹⁵ O território da Arquidiocese da Paraíba da década de 1960 a 1980 se delimitava as cidades do litoral e brejo paraibano, fazendo divisa com o território da diocese de Campina Grande que se iniciava com a cidade de Massaranduba e ainda com os limites que eram realizados para com o litoral de Rio Grande do Norte e a Zona da Mata Pernambucana. O nome de Paraíba para a arquidiocese se dá não por conta do estado, mas pelo antigo nome da cidade de João Pessoa.

primeira fase do regime militar era quanto à experiência capitalista que na verdade era uma crítica realizada por muitos setores da Igreja Católica no ano de 1967.

Aos poucos o apelido de “Dom Pelé dá lugar ao título Dom Zumbi¹⁶. Indicando uma nova postura do líder religioso. Ele afirmava nesse mesmo ano que o socialismo seria “batizado” aos poucos, aludindo a possibilidade de conciliação entre religião e experiência socialista¹⁷. O socialismo seria compreendido como regime igualitário e ao mesmo tempo tolerante para com as experiências religiosas. Sobre isso ele afirma:

A pouco e pouco vamos terminar batizando o socialismo. Não no que ele tem de materialista, mas no que apresenta de humano. Não admitimos um socialismo de estado que é mera transposição do capitalismo. O Estado passa a ser o grande patrão e todos os cidadãos, seus empregados. Nem um socialismo desumanizante, sem alma e sem Deus. Mas um socialismo por assim dizer inspirado no evangelho, um socialismo e São Francisco de Assis, para falar dos Antigos, ou a Jorge La Pira, para citar gente viva. Foi ele que afirmou mais ou menos o seguinte: ‘Uma sociedade na qual o home não tem sua casa é desumana , mas a sociedade em que deus não tem uma casa é igualmente desumana.’

Para Dom Zumbi, a experiência cristã deveria integrar caridade e justiça social. O bispo compreendia que a prática religiosa de capitalistas era uma maneira de viver o “ateísmo prático”. Ele não admitia a possibilidade de convivência entre cristianismo e capitalismo. Desse modo, o arcebispo paraibano propõe um socialismo de base cristã onde não há espaço para a desigualdade social ou a ganância do poder ou dinheiro.

O artigo “*A revolução que não houve*” escrito por Dom José, no dia 01 de abril de 1968, revela a hostilidade que o líder religioso possuía acerca da experiência capitalista. Desconhecendo-se os verdadeiros motivos, o livro do “Centro para a Margem”, publicado em 1978, pela Editora Acauã, e reunindo textos do bispo arquidiocesano não possuía o artigo supracitado. Percebe-se, na elaboração do texto um profundo sentimento não só de decepção para com os militares, como também uma crescente aversão.

Em 1968, ele não colocava mais nenhuma esperança nos militares; apontava a questão do comunismo como o menor problema da “revolução”. Os verdadeiros problemas eram a fome e a miséria que campeavam os vários estados do país. O bispo

¹⁶ O título de Dom Zumbi foi substituindo o título anterior pelas novas posturas políticas do líder religioso, por sua identificação com as camadas mais populares e por sua defesa acerca dos direitos humanos e a favor da igualdade racial

¹⁷ Revista Veja, p.53.18/09/1968.

aludia à proposta de “restauração” dos militares. A proposta que surgiu na caserna não foi executada pelos demais setores da sociedade.

Os militares para o líder religioso não estavam a serviço do povo, mas apenas do capitalismo e a prova disto era que apenas os militares, os deputados da Arena e os capitalistas é que ainda apoiavam esse regime naquela data¹⁸. Para ele o rompimento com os países tidos como capitalistas e o fim de uma política neo-colonizadora e imperialista deveria ser o marco inicial de uma verdadeira revolução. Enquanto houvesse uma relação de submissão dos países subdesenvolvidos para com os do “*Primeiro Mundo*”, a revolução tão apregoada por militares jamais existiria.

Para Dom José Maria Pires o governo dos militares e os setores de “esquerda” da Igreja viviam um clima recíproco de crítica e aversão. Em todo o país, houve experiências de prisões e torturas a líderes religiosos e agentes das mais diversas pastorais eclesiais. A acusação de comunismo aos cristãos católicos era inevitável. Em texto publicado no Jornal A Imprensa de novembro de 1967, Dom José, após encontro com militares e políticos na Catedral de Nossa Senhora das Neves, por ocasião do “Dia de Ação de Graças”, revela as razões para os desentendimentos entre essas duas instituições:

Quais seriam as razões profundas desses desentendimentos? Num ponto estamos todos de acordo: é que o Brasil precisa progredir, precisa deixar de figurar em todas as estatísticas como fazendo parte dos países subdesenvolvidos. Ele tem forças e tem recursos para crescer e ocupar o lugar que lhe compete entre as grandes nações. Nisto estamos de acordo. Entretanto, parece fora de dúvida que as acusações feitas e as suspeitas levantadas contra a Hierarquia tem partido de áreas ou de pessoas mais ligadas ao Governo revolucionário. Ora, dizer que o clero é subversivo e que há bispos comunistas é prova de ignorância do que seja o clero e do que seja comunismo¹⁹

A proclamação desse texto soou como uma tentativa pública de conciliação entre o bispo e os militares. Contudo, a Igreja da Arquidiocese da Paraíba já traçava para si um caminho mais maduro politicamente que em outras dioceses a exemplo da de Diamantina em Minas Gerais que tinha como líder religioso o bispo, dom Geraldo de Proença Sigaud. Esse bispo permanecia apoiando os militares e achava legítima a repressão e tortura. Sobre isso ele dizia “*não se arrancam confissões com bombons*”. Em entrevista, a Revista Veja, no dia 19 de novembro de 1969, O bispo Sigaud

¹⁸cc A revolução que não houve”. In: A imprensa de 1/04/1968.

¹⁹ A Imprensa . Novembro de 1967.

afirmava: “quando a força está a serviço do direito, contra o comunismo, é hora de nós, bispos e padres, benzermos as carabinas, os revólveres e as balas”. Ficava claro que o episcopado brasileiro, estava dividido quanto ao governo dos militares.

Percebe-se que muitos bispos do nordeste possuíam uma postura distinta daquela expressa pelo bispo de Diamantina, sobretudo os que eram líderes em Pernambuco e Paraíba. Era evidente o clima de hostilidade e aversão a Dom Helder Câmara que já iniciara suas viagens à França para denunciar as atrocidades do sistema militar e a Dom José Maria Pires na Paraíba que manifestava todo o seu descontentamento por meio de entrevistas e artigos publicados em jornais e revistas de circulação nacional.

Na Igreja Católica existiam duas posturas políticas distintas: uma buscava uma conciliação com os militares e a outra fazia duras críticas publicamente. Como consequência de uma tentativa de diálogo com os militares a nível nacional, surgia a quase “secreta” Comissão Bipartite²⁰. Tal comissão possuía membros militares e alguns bispos católicos. Eram escolhidos para essa comissão apenas os bispos mais influentes a nível nacional, independente de seu posicionamento político. Para essa comissão o que importava era o nível de influência do religioso para assim poder convencer os militares de seus posicionamentos²¹.

A comissão nasceu no final da década de 1960 e procurava pontos de conciliação entre a Igreja e os militares, contudo as tensões existentes cresciam e enfraquecia o poder desse grupo.

Dom José Maria Pires era contrário a essa comissão. O bispo da Paraíba, em correspondência ao Pe. Celso José,²² reconhecia que a Igreja estava sendo omissa e ao mesmo tempo conivente com a situação do país. Denunciava que as torturas aconteciam antes mesmo da instituição do Ato Institucional 5 (AI-5), que a Igreja era cúmplice e que ao mesmo tempo ela (a Igreja) desencorajava aqueles que questionavam o novo regime.

²⁰ SERBIN, Kenneth P. Diálogo nas sombras: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Ed. Companhia das Letras. 2008.p.49. A Comissão Bipartite era um grupo formado por um numero reduzido de bispos e líderes militares.

²¹ Os bispos que faziam parte dessa comissão eram: Aluisio Lorscheider, Lucas Moreira Neves, Paulo Evaristo Arns, Eugênio Salese ainda o leigo, mas não menos importante Cândido Mendes.

²² Idem. P.201

Com relação ao posicionamento do bispo acerca do AI-5, existem poucos discursos elaborados no final do ano de 1968, época da promulgação realizada pelo Ministro da Justiça Luiz Antonio da Gama e Silva. Percebia-se claramente a insatisfação de muitos bispos com relação a esse ato institucional, no entanto faltava-lhes a coragem para uma denúncia mais explícita daquela iniciativa dos militares.

Alguns militares apresentavam-se como católicos fervorosos que aplicariam à moral cristã a sociedade. Por meio de uma campanha que censurava os meios de comunicação social, vigiando-os de maneira “legítima” por meio do AI-5, os militares não admitiam e criavam comissões de avaliações de programas televisivos, radiofônicos, jornais e outros. A perseguição era tamanha que jornais religiosos, como “A Imprensa” sofrera duras perseguições.

Os militares se apresentavam como aqueles que eram impecáveis do ponto de vista moral e a partir dessa convicção julgavam como “duvidosos” e perigosos inúmeros escritos e programas de tv.

Sobre a censura elaborada como forma de contenção do “desvirtuamento” moral, Dom José não conteve sua irritação e declarou a revista Veja na edição de 19 de novembro de 1969, que até mesmo a Bíblia se fosse transmitida pelos canais de televisão, ela seria censurada²³

Os militares afirmavam que canais de TV ofenderiam a dignidade da família por meio de programas com cenas “eróticas”. Dom José, como porta-voz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dizia que jamais a Igreja pensou em apoiar uma “portaria” que censurasse qualquer tipo de programa, pois percebia em tal ato, a ineficácia.

Como foi dito anteriormente sobre o surgimento do AI-5, poucas pessoas escreveram no âmbito eclesial sobre essa questão na época de sua promulgação.

Destaca-se evidentemente a figura de dom Helder Câmara, bispo da Arquidiocese de Recife e Olinda, que denunciava desde o início do “golpe” as atrocidades do novo regime, dentro e fora do país. É evidente que nada poderiam fazer ao bispo pernambucano, por ser amigo do papa Paulo VI, ter sido indicado ao prêmio

²³ Revista Veja.19/11/69

Nobel da Paz três vezes e por reunir multidões na França em suas palestras. Como não podiam matá-lo, atingiram as pessoas mais próximas a ele.

Merece destaque o caso do Padre Antonio Henrique Pereira Neto assassinado na capital pernambucana em 29 de maio de 1969. Várias ameaças eram feitas ao bispo de Pernambuco e a outros bispos, padres e leigos do país.

Durante esse período várias prisões foram realizadas em todo o país incluindo os religiosos e até mesmo a morte. Registra-se a morte de pelo menos sete padres²⁴.

O AI-5, segundo Dom José Maria, em artigo publicado no Jornal A Imprensa de 09 de janeiro de 1979, foi condenado logo após os dois primeiros meses de sua existência, no entanto não se diz a fonte. Esse artigo de 1979 foi intitulado “Não há mal que dure para sempre” e trata o AI-5 como se fosse um ser vivo que acabara de falecer. O bispo da Paraíba o chama de “finado AI-5” e ao mesmo tempo pede aos fiéis católicos que rezem para que ele jamais ressuscite.

Dom José Maria Pires denuncia por meio do artigo supracitado a perseguição política pela qual o jornal arquidiocesano *a Imprensa* passara desde 1968. Ele afirma que o AI-5 foi violento com muitos veículos de comunicação incluindo jornais religiosos como o da Arquidiocese da Paraíba. O posicionamento do Jornal geralmente era o mesmo do bispo, pois para sua publicação era necessária a revisão por parte do epíscopo e sua comissão.

Sua crítica nesse artigo não se dirige apenas ao mal que o AI-5 causou a imprensa brasileira, mas também a milhares de pessoas que foram perseguidas, violentadas e assassinadas. O AI-5 segundo Dom Zumbi foi responsável pelo surgimento de vários órfãos e viúvas. O bispo apresenta esse ato institucional como uma “ferida aberta” na história do país. Por meio do artigo, referindo-se ao momento de seu desaparecimento, o dom apela a sociedade e autoridades que os militares não ajam como se o referido ato ainda existisse.

Por fim, percebe-se que ao longo da trajetória política, o bispo Dom José Maria Pires mudara suas convicções em vista da situação na qual vivia grande parte da população brasileira e da ineficácia do governo dos militares. Para ele, o “golpe” era

²⁴ Serbin.p.48

digno de apoio; e mais ainda a retirada dos militares do poder. A ineficácia da administração dos militares colocava a figura de Dom José Maria Pires como um líder contrário a suas investidas, suas decisões e políticas.

BIBLIOGRAFIA

- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. 4ª edição. Editora Vozes. Petrópolis, 1985.
- BRANCO, Carlos Castello. **Os militares no poder, vol.II**. Editora Nova Fronteira, 1975.
- BRUN, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Editora Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1982.
- CELAM. **Conclusões da Conferencia de Puebla**. 13ª edição. Paulinas Editora. São Paulo, 1979.
- COELHO, Fernando. **Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco**. Editora Bagaço. Recife, 2004.
- FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. 2ª edição. Editora T.A Queiroz. São Paulo, 1982.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2002.
- _____. **A ditadura envergonhada**. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2006.
- LIBANIO, João Batista. **Igreja Contemporânea: encontro com a modernidade**. Edições Loyola, São Paulo, 2002.
- PIRES, José Maria. **Do centro para a Margem**. Editora Acauã. João Pessoa, 1980.
- RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro. **Dom José Maria Pires: uma voz fiel a mudança social**. Editora Paulus, São Paulo, 2005.
- STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Editora Arte Nova, São Paulo, 1975.
- SERBIN, Keneth P. **Diálogos nas sombras: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2001.

REVISTAS E ARQUIVOS CONSULTADOS

LIMA, Damião de. In:**Saeculum-Revista** de História, ano 13,n.17. Editora UFPB. João Pessoa,2007.

Arquivo Arquidiocesano da Paraíba. In: Documentação dos Bispos